



Domingo, 13 de Julho de 2025

## Suspeitos de corrupção engordam caixa do partido de Bolsonaro

PEGOU MAL

**Fonte:** Metrôpoles

Políticos investigados por suspeita de corrupção têm abastecido o caixa do PL com generosas doações feitas ao partido controlado por Valdemar Costa Neto e escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro para disputar a reeleição.

O caso mais notório é o do deputado Josimar Maranhãozinho, do PL do Maranhão. Investigado por suposto desvio de verbas federais destinadas à área da saúde e suspeito de liderar um esquema de negociação de emendas parlamentares, ele já transferiu R\$ 472 mil para a conta do diretório nacional do partido nos últimos três anos.

Só no ano passado foram R\$ 144,8 mil. A mulher dele, a deputada estadual Maria Deusdete, conhecida pelo apelido de Detinha, e o irmão Aldir Rodrigues, vereador em São Luís, também fizeram doações ao partido de R\$ 20 mil e R\$ 40 mil, respectivamente.

No fim de 2021, a Polícia Federal fez uma operação de busca e apreensão em endereços ligados a Maranhãozinho e apontou no inquérito provas de que o deputado do PL cometeu os crimes de peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa. O caso tramita no Supremo Tribunal Federal.

Imagens gravadas pela PF em outubro de 2020, dentro do escritório político do deputado na capital maranhense, mostram Maranhãozinho manuseando maços de dinheiro que, segundo a polícia, são produto de corrupção. O maior repasse ao partido, uma transferência de R\$ 90 mil, foi feito em junho do ano passado. Josimar de Maranhãozinho nega as acusações.

Já o deputado Vinícius Gurgel, do PL do Amapá, fez duas transferências para a conta do PL que somaram R\$ 150 mil. A última data de dezembro de 2021, mês em que o ministro Alexandre de Moraes, do STF, autorizou a abertura de um inquérito para investigá-lo por suspeita de corrupção.

Gurgel é acusado de receber propina em um esquema de desvio de dinheiro no Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, o Dnit, no Amapá. Em junho de 2019, a PF chegou a prender o superintendente do órgão, acusado de receber 5% do valor de um contrato de manutenção de estradas no estado.

As doações feitas aos partidos por pessoas físicas, sejam elas filiadas ou não, ajudam a bancar despesas que são menos fiscalizadas pela Justiça Eleitoral. Isso porque a lei exige que as legendas prestem contas minuciosamente, com documentos que comprovem os serviços contratados, apenas dos gastos feitos com recursos do fundo partidário, bancado com dinheiro público.

As despesas pagas com doações, como as feitas por Maranhãozinho e Gurgel, só são escrutinadas quando os fiscais do Tribunal Superior Eleitoral enxergam alguma suspeita.